



Exame Comparado de Políticas para Comunidades Nacionais no Exterior

George Torquato Firmeza*

Em 1961, um jovem que na infância havia sido pastor de cabras na vila de Alego-Kogello, nos confins da província de Siaya, Quênia, emigrou para o Havaí, estudou economia, casou-se com uma americana branca e teve um filho com ela.¹ Alguns anos depois, divorciou-se e voltou para seu país de origem, sem ter tido tempo de ver seu filho graduar-se em direito pela Universidade Harvard, ingressar na carreira política e tornar-se uma das vozes de maior influência no debate em curso sobre a reforma da lei de imigração nos Estados Unidos.

E a reforma é de fato imprescindível. Pelas regras vigentes, seriam necessárias décadas de trabalho burocrático para dar conta do acúmulo de processos em curso sobre pedidos de regularização migratória. A postura de vários segmentos da sociedade local com relação aos migrantes estrangeiros não é favorável, traduzindo-se numa atmosfera geral de incerteza. Em 2008, por exemplo, uma série de ações policiais de busca e apreensão de migrantes indocumentados em residências e empresas incutiram o medo em milhões de pessoas, sendo que mecanismos para a regularização da situação desses migrantes ou estavam emperrados ou não existiam.² Em momentos diferentes da história norte-americana, perseguições dessa natureza visaram a migrantes chineses, irlandeses, católicos ou nipo-americanos. Um projeto de reforma migratória apresentado em 2006 não obteve o apoio necessário no Congresso e acabou sendo abandonado.

Numa época em que a hostilidade contra migrantes não dá sinais de arrefecimento nos Estados Unidos ou nos outros principais países de destino e a formulação de políticas migratórias continua a ser prerrogativa soberana de cada Estado receptor individualmente, o que pode o Governo brasileiro fazer por seus nacionais no

exterior? Este artigo busca respostas possíveis na comparação de políticas de outros países em desenvolvimento para suas comunidades emigradas - México, Tunísia, Marrocos, Filipinas, Turquia, El Salvador, Armênia e Índia. Relata também a experiência acumulada nessa área por Itália, Espanha e Portugal, que embora não sejam mais países emissores, contam hoje com numerosa comunidade no exterior, emigrada em períodos anteriores.

Novos Diálogos

O México representa caso de relevo para a compreensão da evolução nas relações Estado-diáspora nos últimos anos. Seu engajamento em foros multilaterais e regionais sobre a questão migratória, reflete, de certa forma, o esforço que o país tem feito para aperfeiçoar sua atuação junto às suas comunidades no exterior. Com a pressão representada por comunidade emigrada que já ultrapassa 20 milhões de pessoas, o país viu-se forçado a desenvolver políticas mais consistentes na área migratória.

Sendo um dos maiores emissores de migrantes do mundo, o México constitui, também, espécie de artéria ou enlace migratório fundamental para os fluxos da América do Sul e Central rumo aos EUA.³ Embora haja alguns poucos milhares de mexicanos residentes na Europa e no Canadá, a diáspora mexicana está quase toda concentrada nos EUA.⁴ Em 2005, a comunidade de mexicanos, nativos e descendentes, nos EUA foi estimada em 25,6 milhões de pessoas.⁵ Em 2005, as remessas de migrantes mexicanos foram estimadas em US\$ 21,8 bilhões.⁶ Tal volume alçou as remessas ao patamar de segunda fonte de divisas no país, só superada pela exportação de petróleo, correspondendo já a 2,5% do PIB e superando em cerca de 13% os investimentos externos diretos.⁷

Em 2003, com a criação do Instituto dos Mexicanos no Exterior, o México buscou um ponto de equilíbrio entre duas estruturas pré-existentes, o Programa para

Comunidades Mexicanas no Exterior e o Escritório de Atenção aos Mexicanos no Exterior. Foi nomeado como primeiro Diretor-Geral do Instituto um mexicano-americano, ao passo que o cargo de Diretor-Executivo do Instituto foi reservado a um diplomata de carreira do Tlatelolco. Conquanto formalmente vinculado à estrutura da Chancelaria, o Instituto goza de relativa autonomia, além de interlocução privilegiada junto à Presidência e aos Ministérios.

O México começou a colher os frutos do trabalho iniciado nos anos 1990, com o estímulo à criação dos chamados Clubes de Oriundos. Em 2006, havia inúmeras associações de mexicanos nos EUA, agrupadas em federações e reagrupadas em confederações. Não há, ainda, é bem verdade uma estrutura voltada especificamente para a ação política, a exemplo da *American Israeli Political Action Committee*. Mas a simples existência de uma rede de associações com cobertura nacional dá ao Governo mexicano, por intermédio sobretudo de duas reuniões anuais do Conselho Consultivo do Instituto dos Mexicanos no Exterior, a oportunidade de transmitir sua agenda política bilateral para a rede de associações mexicanas nos EUA. Estas, por sua vez, encarregam-se de difundi-la junto a um amplo espectro de interlocutores políticos nas esferas municipais, estaduais e federais estadunidenses.

De outra parte, graças ao estímulo do Tlatelolco, os Governos dos Estados de Zacatecas e Guanajuato criaram escritórios para assuntos de emigrantes no início dos anos 1990, no âmbito do Programa para Mexicanos no Exterior. Esses escritórios têm-se dedicado não apenas à captação de investimentos ou doações de migrantes. Também têm-se engajado, em coordenação com a rede consular, na proteção dos direitos dos migrantes, estendendo-lhes apoio e orientação jurídica, bem como ajuda consular direta em casos de emergência. Promovem, ainda, atividades culturais direcionadas para as comunidades.⁸

Ao avaliar as políticas mexicanas para suas comunidades a partir dos anos 1980, percebe-se uma gradual evolução. Inicialmente, prevalecia o objetivo de contribuir para o bem-estar dos migrantes no que se refere a temas sociais, como saúde e educação,

além de estimular o surgimento de associações na comunidade. Mais recentemente, não obstante continuarem a ser desenvolvidos os programas de apoio social que se mostraram exitosos, o foco das políticas mexicanas tem-se transferido para a questão do *empowerment*, ou seja, do fortalecimento da capacidade da própria comunidade de tomar em suas mãos as tarefas de enfrentar as dificuldades que afligem seus integrantes.

Tunísia e Marrocos também vêm desenvolvendo políticas de interesse na área de migração. Antes de alcançarem a independência em 1956, os dois países magrebins constituíam protetorados franceses. Sem dispor de reservas de petróleo ou gás como seus vizinhos, só dispunham da agricultura como fonte de recursos.⁹ Por esse motivo, poucos anos após a independência, começaram a intensificar-se, com estímulo governamental, os fluxos migratórios em direção à ex-metrópole. Já há cerca de 700 mil tunisinos e 2 milhões de marroquinos no exterior, a maioria deles, na França.¹⁰ As remessas giram em torno de US\$ 1,5 bilhão para a Tunísia e US\$ 3,6 bilhões para o Marrocos.¹¹

Talvez seja a ênfase na criação e consolidação de estruturas governamentais de apoio o ponto de maior relevância nas políticas tunisinas e marroquinas para suas comunidades. No caso da Tunísia, trata-se do Escritório para Tunisinos no Exterior, fundado em 1988, e, no do Marrocos, da Fundação Hassan II e o Ministério dos Marroquinos Residentes no Exterior, ambos criados em 1990. Todas essas instituições foram criadas por insistência da própria diáspora,

O Escritório para Tunisinos no Exterior funciona como uma instância de coordenação entre os vários órgãos governamentais envolvidos com o apoio à diáspora. Os funcionários do Escritório instalados em embaixadas e consulados em países com elevado contingente emigrado tunisino desenvolvem amplo espectro de atividades de apoio à diáspora, sobretudo na área cultural. É provável que se ocupem outrossim de tarefas de monitoramento político das atividades de militantes islâmicos no exterior, uma vez que uma peculiaridade do Escritório é a de estar vinculado não a um órgão de

Governo, mas sim ao partido do Governo.¹² O Escritório está conectado ainda a uma rede de entidades parceiras em diversas regiões da própria Tunísia. De interesse para o Brasil é a existência, na estrutura do Escritório, do Centro para Documentação Especializada, uma unidade encarregada de reunir estatísticas sobre a emigração em geral e sobre seu impacto sócio-econômico na Tunísia em particular. Iniciativa que denota criatividade é a ênfase na organização de eventos e na elaboração de material informativo especificamente voltados para grupos de mães na diáspora, com o objetivo de engajá-las na manutenção dos vínculos emotivos e culturais da segunda e terceira gerações com o país de origem.

O Ministério dos Marroquinos Residentes no Exterior teve vida curta, minado pelas disputas de espaço de atuação e pelas rivalidades com os Ministérios das Relações Exteriores e do Trabalho. Em 1995, acabou sendo reduzido a uma Subsecretaria no âmbito do Ministério das Relações Exteriores e completamente abolido dois anos mais tarde. Curiosamente, a Fundação Hassan II foi criada juntamente com o Ministério, em 1991. O momento de sua criação, exatamente quando estava surgindo também o Ministério dos Marroquinos Residentes no Exterior, deixou transparecer certa preocupação da monarquia em dispor de uma entidade adicional, livre para monitorar e tentar evitar a penetração de correntes do islamismo militante junto a alguns segmentos da diáspora.¹³ A Fundação recebe aporte financeiro governamental, ainda que seu orçamento advenha sobretudo de contribuições de bancos que se beneficiam com a intermediação de remessas de migrantes. Em todo caso, seu foco está na difusão da cultura e da língua junto às novas gerações de marroquinos emigrados.¹⁴ É bem verdade que se tem envolvido igualmente na realização de gestões específicas em defesa dos direitos de marroquinos emigrados junto aos governos dos países de acolhimento, tirando proveito do fato de, por ser menos que um Ministério e mais que uma ONG, desperta menos sensibilidade e tem maior peso junto aos interlocutores oficiais.¹⁵ Mantém ainda uma unidade de estudos, pesquisas e estatísticas sobre assuntos migratórios, o Observatório da Comunidade Marroquina no Exterior,

experiência que poderia vir a ser emulada pelo Brasil. O passo inicial no sentido da criação de uma unidade de pesquisa nesses moldes poderia ser a abertura de uma seção sobre assuntos da diáspora na Biblioteca Azeredo da Silveira, no Itamaraty.

Ao contrário do que ocorre com Tunísia e Marrocos, que têm seus nacionais geograficamente concentrados em alguns poucos países, as Filipinas têm de planejar políticas de apoio para nacionais dispersos pelo globo.¹⁶ Em 2005, estima-se que o número de migrantes tenha chegado a 8,1 milhões, posicionando o país entre os maiores exportadores de mão-de-obra do mundo.¹⁷ As mulheres constituem pouco mais da metade desse total.¹⁸ Em 2005, as remessas alcançaram cerca de US\$ 13,4 bilhões.¹⁹

As Filipinas oferecem a seus migrantes um espectro abrangente de serviços de apoio, englobando todas as fases da migração, desde a época de preparação para o embarque até o período de readaptação no retorno ao país. Antes da partida dos migrantes, por exemplo, é obrigatória a participação em seminários de orientação sobre o trabalho no exterior.²⁰

No ano 2000, o Governo criou o chamado Sistema Geral de Compartilhamento de Informações sobre Migração, com a finalidade de integrar melhor o trabalho e estimular a troca de informações entre todos os órgãos governamentais engajados na prestação de serviços a migrantes ou cujas funções guardam relação com alguma fase do processo migratório. Foi montada força-tarefa interministerial para funcionar como uma rede integrada de consolidação dos dados estatísticos de diversos órgãos envolvidos com migrações internacionais.²¹

Parte das microempresas abertas por migrantes retornados ou, em seu nome, por familiares nas Filipinas, com recursos enviados do exterior, acabam, passado algum tempo, indo à falência. Tendo em vista os problemas sociais daí advindos, o Governo tem acompanhado e estimulado o surgimento de programas de ensino de curta duração, oferecidos por empresas privadas, para dar aos migrantes orientação básica sobre a abertura de pequenos negócios. Esses programas têm a designação genérica de *entrepinoy*.²² São baseados em textos didáticos elaborados com linguagem e exemplos

adaptados ao nível sócio-cultural médio dos migrantes filipinos. O objetivo é o de oferecer treinamento básico em técnicas empresariais, de modo a aumentar as chances de êxito de microempresas abertas com recursos de migrantes.²³ Normalmente, organizam a carga horária de modo a não representar fardo excessivo para pessoas já às voltas com pesada carga de trabalho. Esses cursos tipicamente têm a duração de seis meses e envolvem a utilização de cerca de 15 apostilas²⁴ para estudo em casa e total de 12 horas²⁵ de aulas, divididas em seis sessões mensais. Cada turma é composta por até 300 participantes.²⁶ Os módulos de ensino concentram-se em temas práticos.²⁷ Cursos dessa natureza não costumam aconselhar os participantes a recorrer a empréstimos para a abertura de negócios, sugerindo, ao invés, esquemas cooperativos entre migrantes oriundos das mesmas cidades. Há relatos de pequenos negócios abertos nas Filipinas com recursos conjuntos de migrantes filipinos que frequentaram cursos desse nível em Hong Kong.²⁸

Em 2002, o Governo criou rede composta por familiares de trabalhadores migrantes, com o objetivo de gerar apoio mútuo, fornecer acesso mais rápido a benefícios governamentais específicos, disseminar informações sobre a situação dos migrantes em determinados países e possibilitar a prestação de aconselhamento psico-social. A rede chama-se *Círculos Familiares* e é operada a partir de *site* na internet.²⁹ Essa rede vem somar-se a organizações da sociedade civil que existem desde os anos 1970, integradas por migrantes retornados ao país e suas famílias, como *Friends of the Filipino Migrant Workers* e *Congress of Overseas Filipino Workers*.³⁰

A Turquia também viu-se obrigada a desenvolver política de apoio a seus nacionais no exterior. A comunidade turca é a mais expressiva minoria étnica na Europa. São os chamados *euroturcos*.³¹ Historicamente, os turcos sempre buscaram o norte da Europa, em especial, a Alemanha.³² Com exceção da Arábia Saudita, que inclui muitos trabalhadores sob contrato de empresas turcas, e da Austrália e Estados Unidos, que recebem grande contingente de mão-de-obra qualificada e de estudantes universitários, a União Européia abriga a quase totalidade dos migrantes

turcos.³³ Dos 4 milhões de migrantes turcos, 3,5 milhões vivem na Europa Ocidental e destes, 2,3 milhões residem na Alemanha.³⁴

As associações de turcos no exterior ainda não atingiram níveis de organização suficientes para uma política de relações públicas à altura de seu potencial como uma força eleitoral de peso na Europa. Não há ainda um movimento organizado com o objetivo de informar os legisladores e os formuladores de políticas nos planos federal, estadual e municipal, de forma permanente e sistemática, sobre as necessidades e prioridades dos migrantes turcos.

O Governo turco talvez haja, em demasia, concentrado seus esforços na negociação de acesso à União Européia, imaginando decerto que um desfecho favorável traria, com o tempo, o direito de livre circulação de seus nacionais no espaço comunitário. Esse objetivo de longo prazo pode haver acarretado perdas na qualidade da formulação e na velocidade de implementação das políticas de curto e médio prazo voltadas para as comunidades.

O caso da Turquia mostra que países em desenvolvimento não podem esperar passivamente que os chamados *migradólares* resultem em desenvolvimento sustentável. Esses recursos só surtem os efeitos esperados se forem complementados por políticas governamentais de desenvolvimento. Conquanto substancial, o volume de remessas de recursos dos migrantes não chegou a ser utilizado de modo a gerar desenvolvimento e reduzir os fluxos migratórios oriundos das regiões menos desenvolvidas do país, em particular, da Anatólia Central.³⁵

O relacionamento de países emissores com sua diáspora pode conter ambigüidades. Da parte do Governo turco, parece haver faltado, em algumas ocasiões, a habilidade necessária para levar em conta as suscetibilidades de seus nacionais no exterior quando necessita mobilizá-los para causas de interesse de sua política externa. Os esforços de Âncara têm sido não apenas no sentido de mobilizar as comunidades, mas, com freqüência, também de monitorá-las e controlá-las.

Este decerto não figura entre os objetivos de El Salvador ao tentar desenvolver

políticas para seus nacionais no exterior. A diáspora salvadorenha, afinal de contas, se tem mostrado generosa com o país de origem, com remessas da ordem de US\$ 3 bilhões em 2005.³⁶ O valor equivale a 17% do PIB nacional, mais que os orçamentos dos Ministérios da Saúde e da Educação somados. Calcula-se que 25% da população se beneficie direta ou indiretamente das remessas.

Nos Estados Unidos, vivem quase todos os migrantes salvadorenhos, em torno de 1,5 milhão.³⁷ A diáspora salvadorenha formou-se basicamente durante a guerra civil que devastou o país de 1979 a 1992. Nesse período, cerca de 25% da população buscou refúgio nos Estados Unidos e, em escala bem mais reduzida, no Canadá, onde hoje vivem 40 mil salvadorenhos. Mesmo após o final do conflito, a migração para os Estados Unidos continuou, por meio das informações disseminadas por redes sociais e familiares, atraindo 25 mil salvadorenhos por ano.

Em 1999, o Governo criou a Direção-Geral de Atenção à Comunidade no Exterior e, em 2004, um Vice-Ministério para Salvadorenhos no Exterior. Essas entidades têm conseguido assegurar junto ao Governo norte-americano a sucessiva renovação do *temporary protection status* concedido originalmente em 1990 aos salvadorenhos, o que lhes permite continuar morando e trabalhando no país por períodos de até 18 meses, prorrogáveis.³⁸ Em retribuição aos esforços empreendidos pelo Governo de seu país de origem, uma coalizão de associações de salvadorenhos vem estudando os métodos de atuação do lobby político cubano na Flórida, com a esperança de vir a ocupar espaço político maior e contribuir para a agenda bilateral de El Salvador com os Estados Unidos. Naturalmente, essa coalizão também servirá para gestionar junto ao Governo salvadorenho em prol de assuntos de interesse da diáspora.

Inspirado pelo modelo mexicano,³⁹ o Governo salvadorenho vem tentando também ampliar o programa chamado *Unidos pela Solidariedade*. Para cada dólar investido por associações de migrantes em obras de desenvolvimento sócio-econômico em suas comunidades de origem, os três níveis de Governo aportam outros três dólares. Desde que foi criado em meados dos anos 1990, o programa já canalizou

aproximadamente US\$ 11 milhões de remessas coletivas de amplo conjunto de doadores salvadorenhos para projetos de infra-estrutura em pequena escala em suas cidades de origem.

Diásporas Clássicas

Assim como os judeus, os armênios têm uma história milenar, marcada pela dispersão, em consequência de preconceitos e perseguições. E sua identidade também foi profundamente marcada por um genocídio. Recorde-se que, na sua antiga acepção, o termo “diáspora” era usado unicamente com relação a populações vitimizadas e forçadas a deixar sua terra natal. Um dos casos paradigmáticos é justamente o da diáspora armênia. Em 1915, no Império Otomano, cerca de 1,5 milhão de armênios foram massacrados por forças governamentais. As vítimas, cerca de 40% da comunidade armênia então estabelecida na região da Anatólia, perderam a vida em decorrência de execuções, fome ou doenças durante deportação em massa que lhes foi infligida pelo Governo turco-otomano, supostamente por considerações de segurança alimentadas pela suspeita de falta de lealdade política ao Império Otomano por parte da comunidade armênia nesses tempos sombrios da I Guerra Mundial.⁴⁰ Em 2008, com número estimado entre 5 e 7 milhões,⁴¹ a diáspora armênia pode ser classificada em dois segmentos: aquele já estabelecido, formado pelos descendentes daqueles que sobreviveram ao massacre de 1915 e reconstruíram a vida em diversos países; e outro, mais recente, chamado de pós-soviético, constituído pelos que emigraram já a partir do moderno Estado armênio, em busca de melhores oportunidades econômicas.⁴² Esse último segmento é composto por cerca de 800 mil pessoas que deixaram o país desde a independência, ocorrida em 1991, por ocasião do esfacelamento da antiga União Soviética.⁴³ As remessas de recursos da diáspora foram estimadas em U\$ 1,4 bilhão em 2007.⁴⁴ A população da República da Armênia, é de 3,2 milhões.⁴⁵

A política do Governo nessa área partiu do pressuposto de que a chamada

diáspora pós-soviética, por ser mais recente, manteria naturalmente seus vínculos com o país de origem. Não é que não tenha havido iniciativas governamentais voltadas para esse segmento. Mas elas têm apresentado caráter estritamente reativo, lançadas para superar crises ocasionais no relacionamento Estado-diáspora. O foco das políticas voltou-se para a diáspora já estabelecida, que vive sobretudo nos Estados Unidos e em países da Europa e do Oriente Médio. Às voltas com estagnação econômica e índices de desemprego no patamar de 30%, o Governo passou a ver nesse segmento uma fonte de recursos na forma de investimentos e doações.

Para atingir esse objetivo, a estratégia de aproximação com os armênios no exterior centrou-se na organização de uma série de conferências Estado-diáspora, realizadas em 1999, 2001 e 2006. A primeira reuniu 1,2 mil representantes comunitários, a segunda, 2,5 mil, e a terceira, mais de 3 mil. Essas conferências produziram resultados: a criação de uma agência governamental de desenvolvimento responsável pela captação de investimentos da diáspora; a organização de jogos esportivos pan-armênios com a participação de delegações de mais de 50 países; a criação pelo Ministério da Educação de um curso de treinamento e atualização para professores da diáspora sobre história, língua e civilização armênias; a construção de um museu da diáspora; e o estabelecimento de um centro para estudos sobre o genocídio de 1915.⁴⁶ Não trouxeram, contudo, avanços no que se refere à criação de estruturas que pudessem regular e institucionalizar as relações do país com suas comunidades dispersas pelo mundo.

Outra diáspora clássica, a indiana, tem suas origens na expansão cultural e política do país no século VI, com migrações significativas em direção ao Sudeste Asiático, em particular, para regiões que corresponderiam mais tarde a Mianmar, Sri Lanka, Malásia, Indonésia, Tailândia e Camboja.⁴⁷ Seguiu-se longo período sem migrações de vulto, para além do que seria normal esperar em função das trocas comerciais e culturais na região. Pode ter contribuído para esse hiato migratório a consolidação do sistema de castas na Índia, com a recomendação aos hindus devotos

para que evitassem viagens ao exterior, dadas as dificuldades de se cumprirem, fora da Índia, as prescrições rituais.⁴⁸ No caso de necessidade de realização de viagens ao exterior, eram prescritos rituais⁴⁹ de purificação no regresso.⁵⁰ Em suas memórias, Gandhi recordou haver sido repreendido pelos líderes de sua casta na cidade de Bombaim, por decidir viajar ao Reino Unido para estudar direito no final do século XIX.⁵¹ Essa antiga tradição indiana estabelecia que um hindu que deixasse a Índia perdia o lugar na sua casta e na sociedade. Por esse motivo, os indianos residentes no exterior ainda são vistos por uma parcela da população como uma espécie de sem-casta.⁵² À parte essas restrições, não havia impedimentos legais à migração de indianos.

A diáspora indiana já soma cerca de 25 milhões de indianos e descendentes de indianos.⁵³ Representa, por exemplo, mais de 40% da população de Fiji, Maurício, Guiana e Suriname, bem como minorias de peso no Reino Unido, Austrália, Canadá, Malásia, África do Sul, Sri Lanka e EUA.⁵⁴ Em 2005, as remessas dos migrantes foram estimadas em US\$ 23,5 bilhões.⁵⁵ Em alguns lugares, a fragmentação da comunidade indiana em inúmeras organizações terminou por limitar sua capacidade de influência política. Nos grandes temas de interesse da Índia, todavia, consegue mostrar o grau de coesão necessário para transmitir suas posições aos governos dos países de acolhimento.

A Índia teve de desenvolver políticas para atender a uma comunidade que assume formas variadas em regiões diferentes. No Golfo Pérsico, por exemplo, os indianos trabalham majoritariamente no setor de construção civil, ao passo que, nos EUA, são profissionais altamente qualificados, em especial, na área de tecnologia de informação.

No início dos anos 1990, o modelo econômico indiano havia entrado numa fase de reformas liberais, para tentar sair de uma crise financeira de vulto. Havia interesse em tentar captar investimentos de indianos residentes no exterior. Surgiram daí as primeiras políticas governamentais voltadas especificamente para as comunidades emigradas.⁵⁶ No ano 2000, o Governo decidiu elaborar estratégia de aproximação com

suas comunidades. Como primeiro passo nesse sentido, criou uma Comissão de Alto Nível, composta por parlamentares, diplomatas, acadêmicos e empresários, com o objetivo de elaborar estudo aprofundado dos problemas, dificuldades e aspirações das comunidades emigradas.⁵⁷ O estudo abrangeu os mais variados aspectos da situação da diáspora e das políticas governamentais.⁵⁸

No início dos anos 1990, ao invés de tentar atrair de volta indianos altamente qualificados residentes no exterior, o Governo passou a investir nos ganhos potenciais desse processo.⁵⁹ Começou a considerar que o mais realista seria incentivar a criação de redes da diáspora, como forma de transformar a “fuga de cérebros” (*brain drain*) em “intercâmbio de cérebros” (*brain exchange*). Nesse contexto, registre-se a importância da formação de redes da diáspora para o desenvolvimento da indústria de tecnologia de informação na Índia. O Governo passou a cultivar os contatos com membros da diáspora atuantes na indústria de tecnologia de informação no Reino Unido, EUA e Canadá. Esses indianos residentes no exterior, por sua vez, começaram a intensificar os contatos com professores, executivos, empresários, cientistas e engenheiros desse setor na Índia. Tais contatos acabaram resultando na formação de duas das mais bem-sucedidas redes da diáspora indiana: a *The Indus Entrepreneurs (TiE)* e a *Silicon Indian Professional Association*, as quais ajudaram a moldar as políticas da Índia no setor de tecnologia de informação.⁶⁰ Surgidas inicialmente nos EUA com o propósito de apoiar o desenvolvimento profissional de jovens indianos do setor de tecnologia de informação, em poucos anos tornaram-se redes mundiais da diáspora. Em 2004, a *TiE* já estava presente em 42 países.⁶¹ As redes também abriram as portas para que a migração de profissionais indianos preenchessem os déficits existentes nos mercados de trabalho especializados nos EUA, Canadá e Reino Unido. E direcionaram para a Índia investimentos de empresas norte-americanas, a exemplo da Microsoft. Estimularam também a aplicação de recursos dos indianos emigrados na abertura de empresas na Índia. Das 20 maiores empresas indianas de software, 19 foram fundadas ou financiadas por indianos emigrados.⁶² Não se pode quantificar, com precisão, o impacto

do surgimento dessas redes sobre o crescimento da indústria de tecnologia de informação na Índia. Mas o fato é que as exportações desse setor da economia indiana passaram de US\$ 129 milhões em 1990 para US\$ 12,2 bilhões em 2003.⁶³

O Velho Mundo

As políticas da Itália, Espanha e Portugal formam um contraponto às apresentadas acima. Referem-se a países que já não apresentam mais características de emigração. O perfil dessas comunidades apresenta variações com relação ao da diáspora de países em desenvolvimento, gerando demandas nem sempre coincidentes. Em todo caso, essas políticas revestem-se de interesse porquanto esses países tiveram o tempo necessário para testar e consolidar modelos de apoio a seus nacionais no exterior.

A migração italiana contemporânea ganhou força a partir de 1870, período de unificação nacional e de turbulências políticas.⁶⁴ Em seguida, de 1880 até 1920, Brasil e Argentina passaram a receber o maior influxo dessa migração. Gradualmente, a partir do início do século XX, os migrantes italianos tomaram o rumo dos EUA⁶⁵ e, em menor escala, da Austrália e Canadá. No período de 1876 a 1976, o total de emigrados ultrapassou 27 milhões.⁶⁶ É bem verdade que metade desses migrantes acabariam retornando à Itália.⁶⁷ Em consequência desses movimentos migratórios, formou-se uma diáspora de peso. Em 2005, estimava-se em 4,2 milhões o número de nacionais italianos no exterior,⁶⁸ com remessas estimadas em US\$ 2,1 bilhões.⁶⁹

Até meados dos anos 1970, a Espanha, por sua vez, era essencialmente um país de emigração, com fluxos de mão-de-obra direcionados sobretudo para o continente americano e para os países industrializados da Europa Ocidental (especialmente, França e Alemanha). A partir dos anos 1980, registrou-se mudança gradual neste quadro e, de país emissor, a Espanha passou a país receptor de mão-de-obra.⁷⁰ As políticas de proteção aos espanhóis no exterior vêm acompanhando,

naturalmente, a evolução do perfil do país em matéria de migração.⁷¹ Em 2005, os nacionais espanhóis residentes no exterior atingiram o patamar de 1,5 milhão⁷² e fizeram remessas estimadas em US\$ 6,8 bilhões.⁷³

Há três grandes ciclos da emigração portuguesa.⁷⁴ O primeiro, do início do século XIX até 1950, tem sido definido como o ciclo clássico, correspondendo essencialmente a deslocamentos transoceânicos, em caráter permanente. Durante esse ciclo, as migrações portuguesas totalizaram cerca de 2 milhões de pessoas rumo a regiões no mundo lusófono, predominantemente, o Brasil, e aos EUA.⁷⁵ A corrente principal rumo aos EUA teve origem nas ilhas dos Açores e visou sobretudo à Costa Leste. A este, sucede-se o chamado ciclo moderno, de natureza majoritariamente intra-européia. Nos final dos anos 1950, os fluxos de migrantes portugueses tornaram-se mais intensos na direção de mercados de trabalho na Europa Ocidental, em particular, a França. Paris, por exemplo, tem hoje mais portugueses do que o Porto.⁷⁶ Nos anos seguintes, até 1974,⁷⁷ mais de 1,5 milhão de portugueses migraram seja em busca de empregos, seja para escapar da ditadura⁷⁸ salazarista.⁷⁹ Essa corrente intra-européia, porém, não significou o fim da emigração para outros destinos transoceânicos.⁸⁰ Tornaram-se destinos significativos a África do Sul, com colônia estimada hoje em 600 mil pessoas, Venezuela, com 400 mil pessoas, e o Canadá, com mais de 500 mil portugueses. Gradualmente, as autoridades portuguesas começam a buscar consolidar os laços com sua comunidade emigrada estimada em 4,3 milhões de pessoas,⁸¹ com remessas de cerca de US\$ 3,2 bilhões em 2005.⁸²

Cotejando-se as políticas desses países europeus para suas comunidades, descobrem-se alguns pontos em comum. Há, sempre, acima das Chancelarias, mas com a participação e orientação delas, alguma forma de conselho geral das comunidades, que serve de fonte de consulta e base de coordenação para membros do Governo, do parlamento e das próprias comunidades. Também na área cultural, encontram-se semelhanças. Esses países esforçam-se em expandir, no âmbito da atuação de suas redes de centros culturais no exterior, a oferta de cursos de língua e cultura para os

filhos de seus migrantes. Há uma percepção comum sobre os ganhos, em termos de reforço dos vínculos culturais com os residentes no exterior, que advêm do reforço da estrutura de geração, transmissão e distribuição de programas em canais públicos internacionais de televisão.

É possível perceber também inovações restritas a um ou outro país isoladamente. Só a Itália, por exemplo, expandiu os direitos políticos de seus nacionais no exterior para além do simples direito ao voto, indo adiante, ao reservar-lhes 12 cadeiras na Câmara dos Deputados e 6 no Senado. No caso da Espanha, tem-se registrado uma ênfase no recurso representado pela nomeação de cônsules honorários. Portugal, por sua vez, tem lançado mão, em parceria com o Conselho das Comunidades Portuguesas, do estímulo à criação de associações de migrantes portugueses.

O Brasil fora do Brasil

Entre 1985 e 1987, cerca de 1,2 milhão de brasileiros foram tentar a sorte mundo afora. O número de nacionais residentes no exterior foi estimado em 1,8 milhão em 1995; 2,6 milhões em 2005. Surgiram comunidades nos EUA, Japão e alguns países da América do Sul e da Europa Ocidental. O fenômeno migratório expandiu-se para além da esfera regional, o que sugere que as redes sociais de acolhimento dos recém-chegados passaram por processo de ampliação e diversificação, tanto na origem quanto no destino.⁸³ De fato, em 2006, além de Minas Gerais, outros Estados já constituíam regiões de origem de migrantes: Espírito Santo, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Paraná, Goiás e Rondônia. À medida que a diáspora foi crescendo, os emigrados brasileiros começaram a reunir-se em associações.⁸⁴ Mas o nível de organização interna das comunidades parece estar ainda no princípio de seu processo evolutivo. No que se refere à questão das remessas, os valores estimados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento para 2005 situaram-se em torno de US\$ 6,4 bilhões.

Esse fenômeno migratório levou o Itamaraty a preocupar-se em rever e ampliar suas políticas para comunidades no exterior, com ênfase não apenas nas funções consulares clássicas, mas também em novas áreas, como acompanhamento legislativo, direitos humanos, saúde, educação, previdência, cultura e informação. Trata-se do que se poderia chamar de serviços consulares de segunda geração, cada vez mais demandados pelas comunidades no exterior.

Mas como avançar por esse território ainda não suficientemente mapeado? Como descobrir o que interessa ou não à comunidade? O que de fato funciona ou não? Uma alternativa é a de oferecer aos consulados os meios para testar projetos-piloto. Foi o que se começou a fazer em São Francisco em 2005 com o Plano Comunidade Brasil, experiência que permaneceu inacabada e que mereceria ser retomada. O objetivo era o de testar, em uma jurisdição consular com uma comunidade de dimensões médias, cerca de 30 mil brasileiros, iniciativas que pudessem ser ampliadas para abranger, em seguida, os outros consulados nos EUA e, posteriormente, os demais Postos em áreas com grandes concentrações de brasileiros. Para poder desempenhar essas novas funções, aquele Consulado-Geral foi autorizado a contratar auxiliar local com formação jurídica e especialização na área de legislação migratória norte-americana, a qual se dedicava unicamente à implementação do Plano, sem contato com o trabalho consular de rotina. As iniciativas do Plano não se limitavam às funções consulares clássicas, procurando abarcar também novas áreas de atuação, com atendimento consular mais detalhado e focado na situação dos migrantes indocumentados. No que se refere à proteção de direitos humanos dos migrantes irregulares, por exemplo, passou a ser possível acompanhar notícias relativas a iniciativas antiimigrantes nos EUA e pesquisar desdobramentos legislativos na área de migração. As informações assim coletadas passaram a subsidiar a orientação jurídica básica prestada aos brasileiros. Outra ação de interesse direto para a comunidade era a prestação de informações sobre acesso a serviços públicos de saúde disponíveis para migrantes e sobre entidades de prestação serviços gratuitos ou de baixo custo a migrantes desvalidos.

Políticas e Estruturas

No Brasil, como o fenômeno da emigração é relativamente recente, ainda não há uma estrutura completa nessa área. A proposta de criação de um Ministério ou Secretaria Especial de Apoio a Brasileiros no Exterior⁸⁵ não parece ser uma opção desejável. O mais provável é que apenas duplicasse os esforços desenvolvidos e os recursos despendidos pelo Itamaraty nessa área.⁸⁶ E a experiência mexicana mostrou que não pode haver duas estruturas paralelas responsáveis pela formulação de políticas para comunidades.⁸⁷ O que parece fazer falta é sobretudo uma instância que tenha a leveza necessária para apenas coordenar as ações dos vários órgãos envolvidos. O projetado Conselho Nacional de Migração talvez venha suprir essa lacuna.⁸⁸ Especificamente no que se refere à estrutura do Ministério das Relações Exteriores, o desdobramento recente de maior relevância foi a criação da Subsecretaria-Geral para as Comunidades Brasileiras no Exterior em dezembro de 2006.⁸⁹ A essa nova unidade foi confiada a responsabilidade de aperfeiçoar as políticas para as comunidades e aprofundar os canais de diálogo entre o Executivo e o Congresso Nacional, de um lado, e as comunidades no exterior, de outro.

Em paralelo ao debate sobre ações diretas de apoio e proteção às comunidades, faz-se necessário avançar na discussão de questões estruturais de largo alcance, como a organização de setores responsáveis exclusivamente por relações com a comunidade no âmbito da rede consular e diplomática brasileira e o estabelecimento de instância permanente de representação dos migrantes junto ao Estado brasileiro.

A necessidade de expansão do papel dos consulados para atuarem também como órgãos de apoio comunitário parece recomendar a criação, nos Postos com elevado contingente migratório, de setores voltados especificamente para as comunidades.⁹⁰ No caso da Índia, a chefia desses setores é reservada a diplomatas com o nível hierárquico de ministro de segunda classe, de modo a elevar a interlocução com as autoridades

locais. No Itamaraty, algumas iniciativas nesse sentido já estão em andamento, oferecendo, dessa forma, a experiência acumulada capaz de guiar uma política mais abrangente de abertura de setores de comunidades. Na Embaixada em Tóquio, por exemplo, há vários anos funciona um setor de comunidades. No Consulado-Geral em Miami, existe a proposta de criação de núcleo de apoio à comunidade.⁹¹ O Setor Consular da Embaixada em Washington dispõe de núcleo semelhante, com diversas ações já em curso.⁹²

No que se refere ao aprofundamento do diálogo Estado-diáspora, o momento poderia ser propício para a criação de instância permanente. Poderia ser adotado o modelo da Turquia, que criou, em 1997, uma Comissão Consultiva para Cidadãos Residentes no Exterior, integrada por representantes de todas as comunidades turcas, sendo o número proporcional às dimensões estimadas de cada comunidade. O processo de escolha dos representantes, porém, foi objeto de críticas quase unânimes das associações de migrantes, que o acusaram de não ser democrático.⁹³ Há, ainda, o modelo da Itália, com o Conselho-Geral de Italianos no Exterior,⁹⁴ que funciona como órgão consultivo para temas de interesse da diáspora.⁹⁵ Deriva sua legitimidade da eleição direta de 65 representantes de Comitês de Cidadãos no exterior. Os outros 29 Conselheiros, de um total de 94, são nomeados pelo Governo.⁹⁶ É composto por uma Comissão da Presidência, 7 Comissões Temáticas, 3 Comissões Continentais, uma Assembléia Plenária e diversos Grupos de Trabalho.⁹⁷ No México, para orientar a atuação do Instituto dos Mexicanos no Exterior, criou-se o Conselho Consultivo, composto por cerca de 120 representantes das comunidades. Visou, inicialmente, à identificação de uma agenda comum entre o Governo e as comunidades. Posteriormente, as reuniões do Conselho passaram a gerar recomendações ao Governo para a elaboração de políticas públicas em benefício das comunidades e para a preparação de posições negociadoras no tratamento da questão migratória. De outra parte, os integrantes do Conselho, na condição de líderes de organizações das comunidades, passaram também, em alguns casos, a levar às autoridades do país de

destino as posições políticas de seu país de origem. As discussões no âmbito do Conselho representam, ademais, um mecanismo de coordenação de posições para as dezenas de associações de emigrados mexicanos nos EUA. E não apenas mexicanos. Com o objetivo de assegurar a interlocução de entidades mexicanas com outras organizações latinas nos EUA, foram incluídos, entre os integrantes do Conselho Consultivo, nacionais de outros países latino-americanos. Em 2005, o número de integrantes⁹⁸ do Conselho Consultivo já passava de 150.⁹⁹ Os conselheiros estão divididos em seis comissões.¹⁰⁰ Diversas recomendações práticas¹⁰¹ emanaram das primeiras reuniões.¹⁰² Já em Portugal, foi criado em 1996¹⁰³ o Conselho das Comunidades, órgão consultivo do Governo para políticas relativas à emigração e às comunidades portuguesas no exterior.¹⁰⁴ É composto por, no máximo, cem membros, eleitos pelos portugueses registrados em cada Consulado. Divide-se em duas instâncias deliberativas, o Conselho Permanente, estrutura executiva com 15 integrantes e que se reúne duas vezes por ano, e o Conselho Plenário, que realiza suas reuniões em Lisboa de dois em dois anos.

No caso brasileiro, a própria realização do “I Seminário sobre as Comunidades Brasileiras no Exterior: Brasileiros no Mundo”¹⁰⁵ poderia constituir etapa de importância histórica rumo à institucionalização de mecanismo de diálogo permanente. Uma das deliberações do Seminário poderia referir-se ao estabelecimento de grupo de trabalho encarregado de elaborar as regras básicas para a criação e o funcionamento de uma Comissão Consultiva, a ser integrada precipuamente por representantes das comunidades brasileiras. Para que possa atuar como instância verdadeiramente democrática de diálogo Estado-diáspora e não somente de assessoramento para a elaboração de políticas públicas para os brasileiros emigrados, seria recomendável que o grupo de trabalho assim formado refletisse detidamente sobre a forma de escolha dos representantes das comunidades e de definição de seus mandatos. A Comissão Consultiva poderia reunir-se uma vez por ano, sob a presidência do Ministro de Estado das Relações Exteriores, com a participação de representantes das comunidades, de

comissões específicas do Congresso Nacional e de Ministérios com assuntos relacionados com migrantes, bem como de instituições religiosas e organizações não-governamentais envolvidas com a assistência a brasileiros no exterior.

Considerações finais

Venham de onde vierem, os migrantes têm de enfrentar o isolamento e a solidão no país de destino. Por esse motivo, qualquer reflexão sobre políticas para comunidades emigradas deve levar em conta o desafio de tentar equilibrar o apoio à integração na sociedade de acolhimento e o estímulo à manutenção dos laços com o país de origem. É verdade que esse equilíbrio se mostra, no mais das vezes, difícil de atingir. Ainda assim, não seria esta a medida pela qual todas as políticas para comunidades nacionais no exterior deveriam ser julgadas?

* George Torquato Firmeza é diplomata de carreira. Graduou-se em direito pela Universidade Federal do Ceará e concluiu mestrado em relações internacionais pela Universidade de Brasília. De 2004 a 2006, trabalhou no Itamaraty como assessor do Subsecretário-Geral de Cooperação e Comunidades Brasileiras no Exterior. Em 2007, defendeu tese no âmbito do Curso de Altos Estudos do IRBr/MRE sobre o tema de políticas para comunidades brasileiras no exterior. Serve atualmente na Embaixada do Brasil em Washington.

¹ Obama, Barack. *Dreams from My Father*. New York: Crown Publishers, 2004, pp. 408-430.

² *New York Times*, edição online, "The Great Immigration Panic", 03.06.08.

³ O país enfrenta o desafio de administrar a situação de centenas de milhares de migrantes da América Central.

⁴ 98%.

⁵ Relatório do Governo mexicano. Ministério das Relações Exteriores. 2005.

⁶ Banco Interamericano de Desenvolvimento.

⁷ Banco Central do México, 2006.

⁸ No caso de Guanajuato, o orçamento anual desse escritório alcançou US\$ 850 mil em 2002.

⁹ Haas, Hein. "Morocco: from emigration country to Africa's migration passage to Europe", migration

policy institute, outubro de 2005, p. 01.

¹⁰ *World Migration: managing migration challenges and responses for people on the move*. Genebra: IOM, 2003.

¹¹ Dados do Banco Mundial, 2005.

¹² Brand, Laurie. "States and their expatriates: explaining the development of Tunisian and Moroccan emigration-related institutions", The Center for Comparative Immigration Studies, San Diego, California, working paper 52, maio de 2002, p. 19.

¹³ Brand, *Op. Cit.*, p. 14.

¹⁴ Em 1995, por exemplo, a Fundação financiou cursos de língua e cultura para 70 mil crianças marroquinas na França.

¹⁵ Brand, *Op. Cit.*, p. 14.

¹⁶ Alcid, Mary. "Overseas Filipino workers: sacrificial lambs at the altar of deregulation" in Østergaard-Nielsen, Eva (ed). *International Migration in Sending Countries: Perceptions, Policies and Transnational Relations*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2003, pp. 99-120.

¹⁷ Relatório do Governo filipino. Departamento dos Negócios Estrangeiros. 2006. www.dfa.gov.ph.

¹⁸ Piper, Nicola e Ball, Rochelle. "Globalisation of Asian migrant labor: re-evaluation of state and regional dynamics in human rights negotiations: the Philippine-Japan connection", in *Journal of Contemporary Asia*, Manial, 2001, 31 (4), pp. 533-554.

¹⁹ *Global Economic Prospects: Migration and Remittances Datasets*. Documento do Banco Mundial. 2006.

²⁰ Asis, Maruja. *Philippines' Culture of Migration*. Scalabrini Migration Center-Filipinas, Manila, janeiro de 2006, pp. 1-21.

²¹ Samonte, Elena et al (eds). *Issues and concerns of overseas Filipinos: an assessment of the Philippine government's response*. Quezon City: The University of the Philippines Press, 1995. pp. 200-201.

²² Migrante filipino empresário.

²³ Ofreneo, *Op. Cit.*, pp. 13-62.

²⁴ Ao custo médio de US\$ 4.00 cada.

²⁵ Ao custo médio de US\$ 5.00 por hora.

²⁶ Ofreneo, *Op. Cit.*, pp. 13-62.

²⁷ Exemplos desses temas são "sinais de perigo na sua empresa" e "gerenciamento para qualidade total".

²⁸ Ofreneo, *Op. Cit.*, pp. 13-62.

²⁹ *Ibidem*.

³⁰ Waddington, *Op. Cit.*, pp. 2-21.

³¹ Østergaard-Nielsen, Eva. *Transnational politics: Turks and Kurds in Germany*. Nova York: Routledge, 2003, pp. 1-13.

³² Telegrama 60 da Embaixada em Ancara para a Secretaria de Estado, em 28.01.05.

³³ Dados de 2002, Relatório do Governo turco. Ministério dos Negócios Estrangeiros. www.mfa.gov.tr, pp. 2-8.

³⁴ Göçmen, Elvan. "International Remittance Experience of Turkey". *Paper* apresentado na 2ª. Conferência Internacional sobre Remessas de Migrantes. Londres, 13.11.06, pp. 4-6.

³⁵ Massey, Douglas; Arango, Joaquín; Graeme, Hugo; Kouauchi, Ali; Pellegrino, Adela; e Taylor, Edward. *Worlds in Motion: understanding international migration at the end of the millennium*, pp. 174-200.

³⁶ *Le Monde Diplomatique*, "Au Salvador, des dollars qui changent la donne", dezembro de 2006.

³⁷ Dados do Ministério das Relações Exteriores de El Salvador, 2007.

³⁸ Gammage, Sarah. "El Salvador: despite end to civil war, emigration continues", migration information source, julho de 2007.

³⁹ Trata-se da experiência do *Programa 3x1*. As doações são depositadas em fundo gerenciado por comitê de representantes do Governo e dos migrantes. Esse fundo financia projetos de pequeno porte nas cidades de origem dos migrantes. Entre os exemplos de projetos executados, encontram-se abertura de estradas, pavimentação de ruas, instalação de redes de água e eletricidade, bem como construção de

centros comunitários, praças e parques.

⁴⁰ A Turquia nunca reconheceu oficialmente o genocídio armênio.

⁴¹ Dados oficiais do Ministério das Relações Exteriores da Armênia, 2008.

⁴² Panossian, Razmik. "Armenia-Diaspora Relations since 1998" in Østergaard-Nielsen, Eva (ed). *International Migration in Sending Countries: Perceptions, Policies and Transnational Relations*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2003, pp. 140-168.

⁴³ Gevorkyan, Aleksandr. "Little job growth makes labor migration and remittances the norm in post-soviet Armenia", 17.03.08, migration information source, p. 01.

⁴⁴ Dados oficiais do Banco Central da Armênia.

⁴⁵ Dados oficiais do Serviço Nacional de Estatística da Armênia, 2007.

⁴⁶ Panossian, *Op. cit.*, p. 150.

⁴⁷ Visaria, Pravin e Visaria, Leela. "India" in *Handbook on International Migration*. Londres: Greenwood Press, 1990, pp. 89-114.

⁴⁸ *Idem*, pp. 89-114.

⁴⁹ Há relatos de viajantes indianos, com a descrição detalhada de rituais celebrados para purificarem-se de viagens realizadas à Europa.

⁵⁰ *Ibidem*, pp. 89-114.

⁵¹ Gandhi, M.K. *An autobiography or the story of my experiments with truth*. Boston: Beacon Press, 1993, pp. 40-41.

⁵² Lall, Marie. "Mother India's forgotten children" in Østergaard-Nielsen, Eva (ed). *International Migration in Sending Countries: Perceptions, Policies and Transnational Relations*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2003, pp. 121-139.

⁵³ Pandey, Abhishek, Aggarwal, Alok, Devane, Richard, e Kuznetsov, Yevgeny. "The Indian Diaspora: a unique case?" in Kuznetsov, Yevgeny (ed). *Diaspora networks and the international migration of skills*. Washington: the World Bank, 2006, pp. 71-98.

⁵⁴ *Idem*, pp. 71-98.

⁵⁵ Cohen, Robin. *Migration and its enemies: Global Capital, Migrant Labour and the Nation-State*. Hampshire: Ashgate Publishing Limited, 2006, pp. 154-175.

⁵⁶ Gupta, Amit. "The Indian Diaspora's political efforts in the United States". Observer Research Foundation, 2004, pp. 1-18.

⁵⁷ Telegrama 122, da Embaixada em Nova Délhi para a Secretaria de Estado, em 11.02.05.

⁵⁸ Revisão da situação legal dos indianos emigrados, na Índia e nos países receptores; exame das características e aspirações das comunidades indianas no exterior; análise das contribuições dos indianos expatriados para o desenvolvimento socio-econômico e tecnológico da Índia; revisão do regime de vistos para entrada e permanência de indianos expatriados no país e recomendações para a elaboração de políticas flexíveis e adaptadas a cada país recipiente, a fim de facilitar a interação dos membros das comunidades emigradas com a sociedade indiana, bem como sua participação no desenvolvimento econômico da Índia.

⁵⁹ Cohen, *Op. Cit.*, pp. 154-175.

⁶⁰ Pandey, Abhishek, Aggarwal, Alok, Devane, Richard, e Kuznetsov, Yevgeny. *Op. Cit.*, pp. 71-98.

⁶¹ *Idem*.

⁶² Ionescu, Dina. "Engaging diasporas as development partners for home and destination countries: challenges for policymakers", *paper* apresentado na Organização Internacional para Migrações, 2006, p. 23.

⁶³ Pandey, Abhishek, Aggarwal, Alok, Devane, Richard, e Kuznetsov, Yevgeny. *Op. Cit.*, pp. 71-98.

⁶⁴ Nos primeiros dez anos dessa onda de migração, os principais países de destino foram França, Suíça, Bélgica, Luxemburgo e a recém-unificada Alemanha.

⁶⁵ Em especial, de cidades como Nova York, Boston e Filadélfia.

-
- ⁶⁶ Taunay, Raul. "O fenômeno da emigração brasileira: o fluxo norte-italiano". MRE, IRBr, XXXII Curso de Altos Estudos, julho de 1996, p.28.
- ⁶⁷ Gabaccia, Donna. *Italy's many diasporas*. Seattle: University of Washington Press, 2000, p.7.
- ⁶⁸ Relatório do Governo italiano. Ministério dos Negócios Estrangeiros. 2006. www.esteri.it.
- ⁶⁹ *Global Economic Prospects: Migration and Remittances Datasets*, documento do Banco Mundial. 2006.
- ⁷⁰ Telegrama 1058, da Embaixada em Madri para a Secretaria de Estado, em 30.11.04.
- ⁷¹ *Idem*.
- ⁷² Relatório do Governo espanhol. Ministério dos Assuntos Exteriores e Cooperação. 2006. www.mae.es.
- ⁷³ *Global Economic Prospects: Migration and Remittances Datasets*, documento do Banco Mundial. 2006.
- ⁷⁴ Rocha-Trindade, Maria B. "História das migrações portuguesas", disponível em www.janusonline.pt, pp. 1-5.
- ⁷⁵ Malheiros, Jorge. "Portugal Seeks Balance of Emigration, Immigration." Centro de Estudos Geográficos. Universidade de Lisboa. Dezembro, 2002, pp. 2-8.
- ⁷⁶ Financial Times. "Emigrant banking: a mainstay of the economy", 20.10.04, p. 3.
- ⁷⁷ Em 1974, registra-se a partida de 80 mil migrantes portugueses.
- ⁷⁸ De 1932 a 1968.
- ⁷⁹ Malheiros, *Op. Cit.*, pp. 2-8.
- ⁸⁰ Rocha-Trindade, Maria B. "História das migrações portuguesas", disponível em www.janusonline.pt, pp. 1-5.
- ⁸¹ Relatório do Governo português. Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas. 2006. www.min-nestrangeiros.pt/mne.
- ⁸² *Global Economic Prospects: Migration and Remittances Datasets*, documento do Banco Mundial. 2006.
- ⁸³ Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração. *Op. Cit.*, pp. 21-30.
- ⁸⁴ Em 2006, já havia dezenas de associações de brasileiros em países como Paraguai, Portugal, Espanha, Alemanha, Suíça, Itália, Japão, EUA e Canadá.
- ⁸⁵ Como propôs o Senador Valdir Raupp em projeto de lei de 2006.
- ⁸⁶ Não dispondo, no exterior, de uma rede de postos e agentes devidamente treinados, não contaria o novo órgão com os meios básicos e indispensáveis para uma atuação tempestiva e eficiente em favor dos brasileiros no exterior, continuando a depender do Itamaraty para tanto.
- ⁸⁷ Funcionando concomitantemente no período de 2000 a 2002, o Programa para Comunidades Mexicanas no Exterior e o Escritório de Atenção aos Mexicanos no Exterior (ligado à Presidência da República) entraram em choque diversas vezes por disputas de espaço de atuação e duplicidade de funções. A solução encontrada foi a de concentrar na Chancelaria a estrutura governamental de apoio aos migrantes, com a criação do Instituto de Mexicanos no Exterior.
- ⁸⁸ Entrevista com Duval Fernandes, ex-Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Migrações do Conselho Nacional de População e Desenvolvimento (CNPD), em 26.10.06.
- ⁸⁹ Circular telegráfica 62307/1649, de 08.12.06.
- ⁹⁰ Poderia ser, considerada, por exemplo, a alternativa de implantar Setores de Comunidades Brasileiras em Postos nos EUA, Paraguai, Bolívia, Reino Unido, Alemanha, Portugal, Espanha e Itália.
- ⁹¹ Telegrama 640, do Consulado em Miami para a Secretaria de Estado, em 12.09.06.
- ⁹² Mencionem-se, entre outras iniciativas, a organização de cursos de português para crianças brasileiras da comunidade emigrada, em parceria com igrejas brasileiras, e o apoio à realização do Dia da Comunidade (Brazil Day) por ONG brasileira.
- ⁹³ Em 1998, foram veiculados anúncios na televisão turca internacional e nos jornais de maior circulação junto à comunidade emigrada sobre a abertura de vagas para integrar a Comissão. O recrutamento foi efetuado pela rede consular. Os candidatos deveriam ostentar sólida formação, preferencialmente em direito, não poderiam estar desempregados ou serem dependentes de algum tipo de assistência social nos países de destino. Tampouco poderiam já ter sofrido alguma condenação penal. Quando se deu início ao processo seletivo para a escolha dos 45 representantes de migrantes que integrariam a Comissão

Consultiva de Turcos, apenas 468 cidadãos apresentaram-se como candidatos. Nesse processo, foram deixadas de lado justamente as associações de migrantes, as quais, durante anos, se haviam batido pela criação da Comissão.

⁹⁴ Criado pela Lei n. 368, de 06.11.1989, alterada pela Lei n. 198, de 18.06.98, e disciplinada pelo Regulamento n. 329, de 14.09.98.

⁹⁵ Relatório do Governo italiano. Ministério dos Negócios Estrangeiros. 2006. www.esteri.it.

⁹⁶ *Idem*.

⁹⁷ *Ibidem*.

⁹⁸ Assim distribuídos: 105 líderes mexicanos, mexicano-americanos e mexicano-canadenses (líderes eleitos, que vivem nos EUA e no Canadá); 10 conselheiros das organizações latinas mais representativas nos EUA;⁹⁸ e 10 assessores especiais e 32 representantes dos Governos dos Estados.

⁹⁹ Telegrama 1761, da Embaixada no México, para a Secretaria de Estado, em 31.12.04.

¹⁰⁰ Organização Comunitária, Saúde e Cultura; Assuntos Econômicos e Negócios; Assuntos Jurídicos; Assuntos Fronteiriços; Assuntos Educativos; e Assuntos Políticos.

¹⁰¹ Realização de campanhas de divulgação junto ao público norte-americano em favor da regularização migratória de mexicanos nos EUA, incluindo informações sobre o andamento de negociações bilaterais México-EUA; difusão, pela rede de consulados mexicanos, de informações detalhadas sobre critérios para a emissão de carteiras de motorista nos distintos Estados norte-americanos; aperfeiçoamento de métodos para o envio de remessas financeiras ao México, aproveitando a cobertura nacional de Bank of America, U.S. Bank e Wells Fargo, que aceitam a matrícula consular para a abertura de contas; documentação de iniciativas antiimigrantes, classificando-as segundo seu tipo, alcance e âmbito jurídico; participação dos consulados na orientação da comunidade sobre serviços disponíveis para migrantes nos planos local, estadual e federal, sobretudo nas áreas de saúde e educação; organização de seminários itinerantes de formação de novas lideranças comunitárias; elaboração de diretório de entidades da comunidade mexicana nos EUA; promoção de jornadas informativas sobre o México, em temas como migração, saúde, educação e cultura; realização de uma reunião anual entre cónsules, líderes e público em geral; preocupação com o fortalecimento da identidade cultural e linguística entre os filhos de migrantes mexicanos também surgiu nos debates.

¹⁰² Derbez, Luis. Conferência na 110ª Assembléia da União Interparlamentar. Cidade do México, 20.04.04.

¹⁰³ Foi criado pela Lei 48/96 de 4 de setembro de 1996 e alterado pela Lei 21/2002 de 21 de agosto de 2002.

¹⁰⁴ Mensagem do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Lisboa, 10.08.04.

¹⁰⁵ 17 e 18 de julho de 2008, Palácio Itamaraty, Rio de Janeiro, SGEB/FUNAG.